

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51

**ATA DA 177ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA
(19 DE FEVEREIRO DE 2008)**

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e oito, às dezenove horas, no Auditorium Samuel Pessoa da Villa da Saúde, após a constatação do quorum necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde de Londrina, para a centésima septuagésima sexta reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, tendo como pauta:

1. Aprovação das Atas da 173ª, 174ª e 175ª Reuniões Ordinárias do CMS e pauta da 177ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; 2. Informes; 3. Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde – dezembro/2007; 4. Apresentação e Aprovação do Termo de Parceria para Desenvolvimento das Ações do PSF 5. Apresentação e Aprovação do Regulamento da Comissão Municipal de Saúde Mental; 6. Apresentação da Regulação do Atendimento de Fisioterapia no município; 7. Indicação de conselheiro (a) para compor a Comissão Municipal de Acompanhamento e Elaboração de Dados Primários do Programa Prefeito Amigo da Criança; 8. Indicação de conselheiros (a) para compor a Comissão de Avaliação Externa do Curso de Medicina.

Sônia Regina Nery dá início a reunião cumprimentando a todos e colocando em apreciação as atas primeiramente da 173ª Reunião Ordinária. Ana Paula solicita correção nas linhas 192 e 314, entregando por escrito as correções. Assegurada as correções é aprovada a Ata da 173ª Reunião Ordinária do CMS com uma abstenção do conselheiro Marcos Rogério Ratto por não estar presente àquela reunião. A seguir coloca-se em apreciação a ata da 174ª Reunião Ordinária do CMS. Ana Paula solicita correção nas linhas 174 e 342, entregando também a correção por escrito. Assegurada as correções é a Ata da 174ª Reunião Ordinária do CMS aprovada por todos. Em apreciação a ata da 175ª Reunião Ordinária. Dr. Fahd solicita correção nas linhas 454, 467 e 567. Assegurada as correções solicitadas a Ata da 175ª Reunião Ordinária do CMS é aprovada com a abstenção da conselheira Ana Maria Figueiredo. A seguir Marlene Zucoli coloca em apreciação a pauta proposta para a 177ª Reunião Ordinária do CMS, com solicitação de inclusão dos Núcleos de Apoio ao Saúde da Família, que é uma nova portaria do Ministério da Saúde, logo após ao PSF, pois são ligadas. Joel Tadeu solicita inclusão sobre fato ocorrido em reunião realizada com o Ministério Público com conselheiros municipais representantes do segmento de usuários. Sônia Anselmo solicita inclusão de indicação de conselheiro (a) para participar do PREPS 17 e outras comissões, sugerindo que ficasse juntamente com o item 7. Marlene coloca em aprovação a Pauta da Reunião 177ª com as inclusões solicitadas, sendo aprovada por todos. A seguir passa-se ao item 2 da pauta, Informes: Dulcelina Aparecida Silveira informa que dia 28 de fevereiro Dia Internacional das prevenções de Ler/Dort e 28 de abril Dia Mundial das Vítimas de Acidentes e Doenças Relacionadas ao Trabalho, portanto o CEREST estará desenvolvendo ações em comemorações a essas datas, inclusive de sensibilização dos Sindicatos quanto a LER/DORT. Informa ainda que estão abertas as inscrições para o Curso de Capacitação de Profissionais de Saúde da rede, em relação a saúde do trabalhador, sendo que serão formadas 04 turmas de acordo com o Plano de Saúde do Trabalhador. Isaltina Pires Cardoso, informa sobre a exoneração dos diretores dos Hospitais Zona Norte e Zona Sul, passa documentação que tem em mãos para apreciação dos conselheiros sobre a exoneração. Ana Maria Figueiredo justifica a ausência do conselheiro Acácio dos Santos. Alberto Duran informa que por vezes faltou a reunião por motivos de estudos ora concluídos, portanto estará mais disponível para as reuniões inclusive das comissões. Marcos Rogério Ratto, informa que no dia 28 de abril o SINDSERV estará realizando durante todo o dia atividade sobre mostrando a população

52 como está o servidor público no município de Londrina na questão da LER/DORT e
53 acidentes de trabalho. No dia 28 de fevereiro também estarão sendo realizadas várias
54 atividades em diversos locais do serviço de saúde. Que encontram-se em “data base” no
55 mês de fevereiro e esse ano o tema da campanha salarial é “Sem Justiça não há Paz”; o
56 Sindicato propõe negociações para a reposição de 33%; agradece a Ângela Grunner e Ana
57 Emília pelo atendimento os trabalhadores que necessitam de atendimento psiquiátrico.
58 **Cláudio Luiz dos Santos** informa que na última reunião com a Promotoria ficou acertado
59 que os conselhos regionais fariam visitas na Unidades de Saúde principalmente pela falta
60 de medicamentos; acusa o recebimento da planilha com 75 itens de medicamentos e
61 solicita que a mesma possa ser fixada nas Unidades de Saúde para conhecimento dos
62 usuários, e por último informa que ficou também acertado que seria disponibilizada uma
63 relação com os telefones dos conselhos locais e regionais de saúde, bem como da
64 Promotoria fixadas nas Unidades de Saúde para que os usuários possam ter acesso a
65 esses canais adequados para reclamação. **Fahd Haddad** informa a participação no
66 Encontro da Primeira Turma de Medicina, turma pioneira da medicina em Londrina, na
67 Bahia, em comemoração aos 35 anos da formatura e 40 do curso de medicina da qual
68 Londrina se orgulha; outro informe é sobre o Pronto Socorro referenciado, que nos dias 27
69 de dezembro, 08 e 30 de janeiro foram realizadas reuniões coordenadas pela Secretaria
70 Municipal de Saúde, com a presença da 17ª Regional de Saúde, com a presença da
71 Secretária Marlene Zucoli e Dr. César Marson para discutir a questão do Complexo
72 Regulador que enquanto não implantado como definido pelo Ministério da Saúde, as
73 urgências e emergências do município de Londrina serão triadas pela Central do SAMÚ, e
74 as urgências da 17ª Regional que seriam passadas da Central da 17ª para o SAMÚ, que a
75 partir de março sem data precisa, os três hospitais de maior complexidade passariam a
76 receber os pacientes referenciados por outras unidades e com o compromisso da
77 Secretaria de fazer a divulgação para toda população do novo fluxo em função dessa
78 reordenação do sistema de urgência e emergência, diz ainda que este é um informe
79 preliminar e que deverá voltar como pauta ao Conselho para aprovação. Que isso se faz
80 necessário em Londrina, visto que em cidades como Ribeirão Preto, Campinas e São José
81 do Rio Preto já praticam essa modalidade de fluxo. **Maria Osvaldina**, solicita a confecção
82 de crachás para que os integrantes da Comissão de Humanização possam fazer visita nos
83 Hospitais e Unidades de Saúde. Relata caso ocorrido com paciente no Hospital Zona Norte,
84 quando o médico colocou os acompanhantes para fora, alegando não ter recebido seu
85 salário; aproveita para perguntar porque não está presente o representante do Hospital
86 Zona Norte. Informa também que ela e Rosalina Batista assumiram cadeira de
87 representação no Conselho do Meio Ambiente. **Maria Ângela Magro**, informa que dia 14
88 participou da Pré Conferência dos Diretos da Mulher pela UNIMOL, contribuindo com
89 propostas para debate na Conferência Municipal. **Natal de Oliveira**, fala que sobre
90 demanda da Unidade de Saúde Centro entregou por escrito para a Secretária do Conselho
91 e aguarda resposta também por escrito. Fala sobre notícias da imprensa sobre a Unidade
92 de Saúde Califórnia e do Hospital Zona Norte e que o Conselho deve levantar essa
93 discussão. **Rita de Cássia** diz que faltam medicamentos da lista básica em algumas
94 Unidades e que também alguns exames tem se extraviados tendo que ser repetidos.
95 Informa que também participou da Pré Conferência dos Direitos da Mulher e sua região
96 contribuiu com quatro proposta; justifica a ausência da conselheira Wanda Kasprovicz por
97 motivo de doença. **Cícero Cipriano** informa que a Central de Movimentos Populares
98 realizou dia 09 de fevereiro em Colombo, a reunião da Coordenação, com eleição da nova
99 Coordenação Estadual e da Executiva da entidade da qual está fazendo parte; com relação
100 a manutenção das Unidades de Saúde continua precária e que a Unidade de Saúde do
101 Santiago foi assaltada pela sexta vez e as pessoas clamam por segurança, em um dos
102 assaltos foi cortado o fio da auto clave a ainda não foi consertado, lá também existe

103 problema com o freezer; a falta de medicamentos continua, material de expediente também
104 e que a última informação da Terezinha Carvalho era que já havia autorização para uma
105 compra emergencial, só que até agora não foi regularizada. Diz ainda que faltam recursos
106 humanos na Unidade de Saúde Bandeirantes e que a reforma continua sendo aguardada.
107 Solicita limpeza nas caixas de água das Unidades de Saúde. **Ogle Beatriz** cumprimenta a
108 todos desejando que Deus dê muita sabedoria a todos e que a soma do talento e
109 habilidade de todos sejam transformados em uma saúde melhor para a sociedade;
110 esclarece que sobre o pagamento dos hospitais Zona Norte e Zona Sul é pelo CISMEPAR
111 e que somente ontem foi recebida essa planilha do hospital, mas que isso não justifica a
112 atitude tomada pelo profissional; que a ausência de representante do Hospital Zona Norte
113 deve-se ao fato de ainda faltarem algumas nomeações. **Cícero da Silva** informa que fala
114 médico do PSF na Unidade de Saúde do Ouro Branco e também falta veículo para
115 atendimento domiciliar. **Rosalina Batista** diz que acompanhou através da imprensa notícia
116 sobre paciente gestante que procurou o Hospital Universitário com o feto já morto e que no
117 relato a paciente disse que o Hospital Universitário a enviou para a Unidade de Saúde para
118 que fosse feita uma ultra-sonografia. Todos são sabedores que uma ultra-sonografia não é
119 realizada antes de trinta dias. Relata também caso de outra paciente que passou pela
120 Maternidade, passou pelo Hospital Evangélico, retardando o parto e a criança está hoje
121 com graves problemas, diz que em entrevista do Diretor da Maternidade o mesmo refere-se
122 que ainda bem que não foi coisa mais grave. Relata que esses fatos culminam com
123 imensas filas de mães no INSS para receber benefícios e o Ilice só abrirá essas avaliações
124 a partir do mês de abril, portanto o Conselho deve acompanhar mais amiúde essas
125 ocorrências. **Ana Paula Cantelmo Luz** diz que a Folha de Londrina de hoje traz uma
126 matéria sobre a alta do paciente Pedro que estava na UTI do Hospital Infantil há quatro
127 anos e meio, pois nasceu e foi para a UTI, e que apesar da precariedade, do caso, há o
128 cumprimento do papel pela equipe que interagiu com o Pedro e que hoje está enfrentando
129 grande dificuldade com essa separação, mas com a certeza do dever cumprido com esse
130 pequeno paciente. **Hélio Domingos** pergunta se tem algum representante do Hospital
131 Zona Norte presente, e informa sobre diagnóstico de luxação do braço de um sobrinho,
132 quando o mesmo estava com uma fratura; indaga portanto: como fica a responsabilidade
133 do hospital diante do erro? **Joel Tadeu Correa** informa que a CONAN estará realizando o
134 Nono Congresso Nacional de Associação de Moradores, no final do mês de maio, na Bahia;
135 diz que sobre vários informes de hoje deveria haver um trabalho da Comissão de Ética e
136 Comissão de Humanização, pois os mesmos estão relacionados com a atuação dessas
137 comissões. Cumprimenta e dá as boas vindas a conselheira Antonia Aparecida Strick.
138 **Neusa Maria dos Santos** solicita a Comissão de Humanização precisa dar início aos seus
139 trabalhos de visita. **Jeremias Brizola**, diz que tem o compromisso de verificar o que
140 realmente aconteceu no caso relatado pela conselheira Rosalina Batista, e que o fato não
141 se justifica, pois o HU tem o compromisso de atender a população da melhor maneira
142 possível dentro de suas limitações; coloca-se a disposição para outras informações que se
143 fizerem necessárias. **Marlene Zucoli**, pontua alguns questionamentos dos conselheiros,
144 sendo o primeiro deles a Lista de Medicamentos dizendo que foi encaminhada as Unidades
145 de Saúde via malote para serem fixadas no edital; quanto aos medicamentos da lista básica
146 dos 75 itens disponíveis, tem a falta do Buscopan drágea, Ranitidina, Hidroclorotiazida que
147 continua sendo problema do sal, que já chegou mais o primeiro abastecimento será para
148 São Paulo, Metildopa e Nifedipina estão na fase de entrega pelos Laboratórios, diz que
149 existe uma dificuldade no abastecimento do Fenobarbital gotas, sendo que o restante está
150 abastecido, esclarece que as dificuldades enfrentadas não são por dificuldade de compra e
151 sim de entrega. Esclarece que a lista de medicamentos entregue aos conselheiros é a de
152 medicamentos disponíveis para serem fornecidos aos pacientes, a que o conselheiro
153 Cláudio Luiz tem em mãos é provavelmente a lista da qual constam também os

154 medicamentos injetáveis e outros disponibilizados para serem aplicados nas Unidades de
155 Saúde. Quanto ao Pronto Socorro Referenciado e Complexo Regulador diz que é
156 necessário olhar um outro aspecto, e que gostaria de fazer algumas considerações
157 exatamente na brincadeira do conselheiro Natal de que a Secretária não visita as UBS, diz
158 que antigamente eram seis postinhos de saúde, hoje o Conselho não acompanha o que
159 acontece no posto de saúde simplesmente, a Gestão hoje administra uma grande rede de
160 assistência que atende não só Londrina, mas também a região, portanto o compromisso e a
161 responsabilidade da Secretária e do Conselho, não é só com a Unidade Básica de Saúde, e
162 sim com o todo. Que para ela Secretária seria muito mais confortável visitar as Unidades de
163 Saúde onde se sente aconchegada do que participar por horas a fio de reuniões, tentando
164 encontrar o melhor caminho para o atendimento; enfatiza que os conselheiros devem
165 pensar no que está acontecendo com o SUS nessa cidade; diz que estão acontecendo
166 reuniões profundas de referência e contra referência como foi informado pelo conselheiro
167 Fahd; fala ainda que como não pode visitar todas as Unidades de Saúde, foi constituído o
168 grupo de assessores técnicos que estão presentes nas Unidades para garantir a
169 assistência de qualidade. A Comissão de Pronto Socorro Referenciado está trabalhando
170 incansavelmente para estruturar o Complexo Regulador eficiente para que nenhum
171 paciente fique sem assistência, tanto os do nosso município, como os da região. Que ela
172 não consegue ir a todas UBS, por isso estão sendo realizadas oficinas de trabalho trazendo
173 as UBS ao nível central, para um planejamento conjunto, sob sua coordenação e com a sua
174 presença; enfatiza que a gestão não administra só a Unidade de Saúde e o grande nó da
175 saúde hoje é a referência, pois se o paciente complicou no posto, para onde deverá ser
176 encaminhado, quem irá atender, como será pago, portanto deve-se olhar o porte da nossa
177 cidade em relação ao SUS, o grande avanço que temos, o serviço de auditoria montado, e
178 ainda que se está tendo reuniões com gestores dos convênios, dizendo a eles que atendem
179 em uma infra-estrutura que boa parte da manutenção é nossa, pois o SUS mantém a casa
180 funcionando onde o particular também faz a cirurgia, esse é o nível de discussão do SUS
181 em Londrina. Conclui dizendo que está passando por planejamento a Internação Domiciliar
182 e a Saúde Mental. Que com certeza nem tudo está perfeito, mais que as conquistas e os
183 avanços foram muitos, e que além de tudo isso a gestão tem também que dar conta do
184 telhado que está com problemas, de invasão de pessoas em Unidades Públicas como
185 aconteceu no Eldorado, e há uma responsabilidade da comunidade de contribuir com isso.
186 A gestão com certeza trabalha com muita seriedade e o que aparece no Conselho muitas
187 vezes são problemas menores isso significa que o grande está sendo cumprido, pois está
188 se conseguindo reduzir mortalidade infantil, reduzir a internação dos idosos por
189 insuficiência cardíaca congestiva, uma maior integração com a 17ª Regional de Saúde para
190 ser feita a nossa Central de Internação Conjunta para que os pacientes da região também
191 possam ser atendidos. Espera que os conselheiros olhem o que está acontecendo no SUS
192 em Salvador, no Rio de Janeiro e o que está sendo realizado em Londrina, com uma
193 equipe de trabalho forte, com a colaboração dos diretores de hospitais e dos conselheiros.
194 **Marcos Ratto**, solicita questão de ordem e diz que uma coisa é responder ao conselheiro
195 Natal, outra coisa é fazer relato de todo o trabalho que está sendo realizado pela gestão,
196 enquanto conselheiro não pode aceitar, apesar da admiração que tem por ela, seu trabalho,
197 competência e seriedade. **Marlene** esclarece ao conselheiro Marcos que apenas
198 respondeu item por item do que foi dito na reunião, e que sua preocupação é avançar na
199 regulação da assistência para amarrar os procedimentos realizados. Em relação ao
200 Eldorado, Bandeirantes e Mister Thomas estão em processo de licitação para reforma;
201 quanto a data para implantar o Complexo Regulador e a questão do Pronto Socorro
202 Referenciado dependem ainda da conclusão final do grupo de estudo e passar pelo
203 Conselho para ser aprovado, e toda a avaliação de risco tem que estar estruturada para
204 que isso aconteça. **Ana Paula** solicita questão de encaminhamento e pede ajuda aos

205 integrantes da Comissão Executiva, pois uma das colocações durante a reunião foi
206 exatamente a utilização do espaço reservado para informes para levar esses
207 questionamentos de ocorrências pontuais em Unidades de Saúde e no entendimento da
208 Executiva é que muitas vezes os conselheiros recebem as demandas e esse talvez seja o
209 momento de colocar e encaminhar para uma solução; diz que houve uma época que a
210 Ouvidoria estava presente, captava essas demandas, com registro formal e era dado o
211 encaminhamento pertinente e que essa tramitação deveria retornar para agilizar as
212 questões pontuais. **Marlene** coloca que as ouvidoras estão presentes em todas reuniões e
213 continuam recebendo as demandas, mais que os conselheiros tem a expectativa de colocar
214 seus pedidos durante a reunião, mais que o encaminhamento reforça que tudo deverá
215 chegar na Ouvidoria. **Quitéria** diz que está inserida na Comissão de Ética e como é nova
216 no Conselho não conhece os outros integrantes da Comissão e gostaria de conhecê-los.
217 **Sônia Anselmo** justifica as ausências dos conselheiros Reinaldo Gonçalves, Wanda
218 Kasprovicks, Acácio dos Santos, Francisco Eugênio. Sônia Maria e Almeida Petris, Adilson
219 Castro e Mara Rossival Fernandes; quanto ao questionamento de encaminhamento de
220 correspondência do Hospital Zona Norte, diz que a mesma não foi enviada por ainda não
221 haver indicação do representante daquele hospital. Cita correspondência enviada pelo
222 CONSUL indicando como suplente a Sra. Antonia Aparecida Carlos Strick e dá as boas
223 vindas a mesma. Convida aos conselheiros para o próximo dia 27 das 08h30 as 12h00 a
224 estarem presentes no plenário da Câmara de Vereadores de Londrina quando será
225 realizada a Audiência Pública de prestação de contas referente ao 4º Trimestre do ano de
226 2007 do Fundo Municipal de Saúde. Informa também sobre correspondência entregue pelo
227 conselheiro Natal sobre demanda da Unidade Centro e que será devidamente
228 encaminhada com breve de retorno de informações. A seguir passa-se **ao item 3 da pauta:**
229 **Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao mês de dezembro de**
230 **2007: Ubirajara apresenta o Relatório Administrativo – Financeiro 012/2007, Gestão**
231 **Plena – Piso da Atenção Básica – Epidemiologia – Convênios**, Conta movimento e
232 prestadores **Saldo Anterior:** Saldo 10.359.014,49, **Receitas:** Crédito 9.080.784,78, **Teto**
233 **Financeiro 11/07:** Crédito 6.991.791,48, **Ações Estratégicas (Extra-Teto):** Crédito
234 2.000.931,27, Acomp Pac Saúde Mental 10/07: 77.772,15, Acomp Paciente 10/07:
235 181.190,05, Acomp Pós Transplante 10/07: 44.507,00, Acupuntura 10/07: 675,00, AIDS 08
236 a 10/07: 15.020,00, Angioplastia Endovascular 10/07: 64.888,60, Assist Domiciliar 10/07:
237 1.576,05, Assist Pré-Natal 08 a 10/07: 30.920,00, Centro Especialidades Odontológicas
238 11/07: 24.200,00, Campanha Cirurg Oftalmo 10/07: 52.729,90, Câncer de Colo Uterino
239 10/07: 4.578,33, Detecção Deficiência Auditiva 10/07: 172.629,96, Humanização do Parto
240 10/07: 4.600,00, Inibidor Lactação 08 a 10/07: 333,34, Leucemia Mielóide 10/07:
241 132.152,00, Neurocirurgia 10/07: 31.000,88, Prótese Dentária 10/07: 3.810,00,
242 Psicodiagnóstico 10/07: 158,92, Queimados 10/07: 10.615,00, Reabilitação 10/07:
243 170.551,13, Registro Civil e Nascimento 08 a 10/07: 3.720,00, SAMU 11/07: 149.000,00,
244 Sífilis 08 a 10/07: 1.230,00, Terapia e Psicoterapia 10/07: 7.866,82, Terapia Renal
245 Substitutiva 10/07: 751.289,34, Transplante 10/07: 62.745,00, Tuberculose 10/07: 1.171,80,
246 **Receita Patrimonial/Rendimentos e Aplicações Dez/07:** 87.491,86, **Receitas**
247 **Diversas/Devolução:** 570,17, **DESPEAS – Repasses Credenciados SUS (débito):**
248 9.374.545,04, Cirurgias Eletivas: 166.170,39, Contratualização: 651.643,48, Fatura
249 Ambulatorial PJ: 3.584.391,06, Fatura Hospitalar AC/MC PJ: 2.493.964,91, Plantões UTI
250 Neo Natal Pediátrica: 75.520,00, SAI Ações Estratégicas: 1.252.917,37, SIH Ações
251 Estratégicas: 364.543,59, TRS: 755.394,24, Urg/Emerg Média/Alta Complexidade:
252 30.000,00, **Serviços do Município (débito):** 460.801,90, CAPS Convênio: 191.286,00,
253 Comunidade Terapêutica: 24.540,00, Fatura Ambulatorial/Hosp MAS (MC/AC) 243.700,90,
254 Tratamento Fora de Domicílio – TFD: 1.275,00, **Saldo Parcial:** (débito) 9.835.346,94 –
255 (crédito) 9.080.784,78 – (saldo) 9.604.452,33, **Transferências DEZ/07:** 792.831,81, **Saldo**

256 **Parcial + Transferências:** 10.628.178,75, **Saldo em 31/12/2007:** 8.811.620,52. **Atenção**
257 **Básica e Saúde da Família, Relação Receitas/Despesas em Dez/07 (saldo):** 724.098,21,
258 **Receitas:** PAB Teto Fixo 11/07 – 1302: 1.535.666,50, PAB Agente Comunitário Saúde
259 11/07 – 1319: 400.064,00, PAB Incentivo Povos Indígenas 11/07: 22.750,00, PAB
260 Programa Saúde Família 11/07 – 1339: 459.000,00, PAB Saúde Bucal 11/07 – 1339:
261 34.200,00, **Patrimonial:** 3.212,18, Rendimento de Aplicação em Dez/07: 3.212,187,
262 **Despesas, Manutenção de Programas:** 1.050.755,00, Apoio à população indígena:
263 46.000,00, Farmácia Básica Contrapartida: 12.175,00, Farmácia Básica: 98.780,00, Saúde
264 da Família: 893.800,00, **Saldo Parcial:** (débito) 1.050.755,00 – (crédito) 1.538.878,68 –
265 (saldo) 1.212.221,89, **Transferência Dez/07** (crédito): 580.708,00, **Saldo em 31/12/2007:**
266 631.513,89. **Epidemiologia e Controle de Doenças, Relação Receitas e Despesas**
267 **Dez/07, Saldo Anterior:** 128.847,90, **Receitas (crédito):** 142.198,01, **Ministério da**
268 **Saúde:** 141.364,72, Ações Estrut. Vigilância Sanitária 10/07: 0,00, Piso Estrateg. Ger.
269 Risco VISA Prod. 11/07: 19.821,74, Piso Estrateg. Ger.Risco VISA Serviços 11/07:
270 1.595,07, Inc. Hop. Ref. Vigilância Epidemiológica Hospitalar 11/07: 5.000,00, TFVS 11/07
271 e adicional: 114.947,91, **Patrimonial:** 514,79, Rendimento de Aplicação em Dez/07:
272 514,79, **Diversas – Devolução:** 318,50, **Despesas:** 236.308,58, Diversas Despesas c/ o
273 Fdo. Epidemiológico: 236.308,58, Transferências: 21.416,81, Saldo em 31/12/2007: (débito)
274 257.725,39 – (crédito) 142.198,01 – (Saldo) 13.320,52. Aberto o debate **Marcos Rogério**
275 **Ratto** solicita esclarecimento sobre Serviço de Propaganda descrito na página 15, de
276 aproximadamente R\$35.000,00, se houve licitação, onde foi gasto e qual a empresa; na
277 página 07 Alunar Agência de Viagens, aproximadamente R\$4.000,00 quem foram os
278 beneficiados? Sobre a Sercomtel Celular gostaria de saber sobre o valor de R\$4.493,00,
279 para quem estão disponibilizados e para onde foram as ligações. **Ubirajara** responde que a
280 empresa de propaganda é a Jimenez & Jimenez e tem o número de nota fiscal que poderá
281 ser levantada a qualquer momento. A licitação foi realizada no ano de 2005, e em
282 dezembro de 2007 foi desencadeada Campanha sobre a Dengue, época em que o
283 município corria o risco de epidemia, pergunta se o conselheiro quer receber documentação
284 pertinente ao fato narrado. **Marcos Ratto** diz que em relação a essa questão
285 especificamente irá pessoalmente ao setor financeiro portando ofício solicitando pedido de
286 vistas em todo o processo. **Ubirajara** responde sobre a Alunar dizendo que referem-se a
287 passagens terrestres e aéreas, e que também teria que levantar todo o processo para
288 responder, mais pode adiantar que muitas passagens terrestres referem-se ao TFD e as
289 aéreas são utilizadas principalmente pela Secretária de Saúde e servidores que participam
290 de cursos e treinamentos; sobre a Sercomtel Celular esclarece que existem vários telefones
291 com Agentes da Dengue, Internação Domiciliar, Diretores da Autarquia, Manutenção e que
292 poderá ser elaborada uma relação dos usuários desses celulares e ser apresentada ao
293 conselheiro. **Elizabeth Bueno Cândido** solicita esclarecimento sobre pagamento de
294 R\$46.820,00 a Centronic Segurança e pergunta se a mesma também é responsável pela
295 Unidade de Saúde Santiago, que já foi assaltada seis vezes. **Salvador** esclarece que com
296 relação a Unidade de Saúde Santiago a Centronic Segurança é responsável pela reposição
297 dos bens furtados e também pelo conserto de estragos na estrutura física. **Marcos Rogério**
298 **Ratto** diz que é necessária uma maior cobrança a empresa Centronic, pois tem
299 conhecimento que por muitas vezes o alarme das Unidades dispara e a empresa não
300 comparee ao local para averiguações. Elizabeth solicita esclarecimento também sobre o
301 item de manutenção de Unidade Básica, página 13, item, 15, com que pode ser gasta essa
302 verba. **Ubirajara** esclarece que esse é um Convenio do Ministério da Saúde específico para
303 custeio e não de obras, ou sejam materiais de uso das Unidades, e que estão sendo
304 adquiridos principalmente medicamentos. **Cláudio Luiz dos Santos** diz que com relação a
305 item da página 15, referente a Transporte Coletivo Grande Londrina, solicitou na última
306 reunião da Comissão de Avaliação do Fundo relação com nome das pessoas que utilizam

307 esses passes, com a finalidade de em processo de amostragem fazer uma checagem
308 desse uso. **Marlene** informa que essas planilhas ficam disponíveis na DAS e deverão ser
309 encaminhadas a Comissão de Acompanhamento das Contas do FMS. **Sônia Anselmo**
310 solicita aos conselheiros que quando quiserem fazer uso da palavra se inscrevam, pois
311 conversas e indagações fora do microfone não podem ser transcritas. Em não havendo
312 mais questionamentos **Marlene coloca em votação a Prestação de Contas referente do**
313 **mês de Dezembro de 2008 que é aprovada com 17 votos favoráveis, 02 votos**
314 **contrários, e um voto de aprovação com ressalva do conselheiro Cícero Cipriano,**
315 sendo os votos contrários da conselheira Isaltina Pires Cardoso e do conselheiro Marcos
316 Rogério Ratto. A seguir passa-se **ao item 4 da pauta: Apresentação e Aprovação do**
317 **Termo de Parceria para Desenvolvimento das Ações do PSF: Marlene** inicialmente
318 informa que fazem parte da comissão Cláudia Hildebrando e Marcos Rogério Ratto e que
319 Cláudia Hildebrando fará relato sobre resultado da comissão e a seguir o conselheiro
320 Marcos Ratto fará os seus comentários em relação ao trabalho da comissão. **Cláudia**
321 **Hildebrando** diz que parte do relato sobre os trabalhos da comissão já foi feito em reunião
322 anterior. Relata que foi concluída a avaliação dos projetos, sendo que três empresas se
323 apresentaram para concorrerem ao Concurso de Projetos e que o Edital previa que a
324 comissão ao pontuar ela não conhece as empresas; são envelopes brancos contendo os
325 projetos das empresas, sem identificação das mesmas; se houver identificação a empresa
326 é imediatamente desclassificada. Em seu trabalho a comissão analisou os projetos,
327 pontuaram os mesmos e somente após, se reuniram com as empresas para conhecê-las e
328 informar a pontuação de cada uma. Após esse processo as empresas entregaram outro
329 envelope que comprovava o que estava descrito no projeto; com a comprovação a
330 pontuação era mantida e quando não comprovada a pontuação seria excluída, concluído o
331 processo a OSCIP SOAME de Rolândia foi desclassificada por não atingir a pontuação
332 mínima de 50 pontos; o IGEAP que ficou com a segunda pontuação e o CIAP que ficou
333 com a primeira pontuação. Cláudia fala também que no Edital estava previsto que as
334 empresas classificadas não poderiam impetrar recursos, pois a primeira avaliação é feita
335 sem conhecimento do nome da empresa, ao ser avaliado o recurso já sabendo qual é a
336 empresa, poderia haver critério de valor e a mesma ser prejudicada, mas o IGEAP impetrou
337 recurso administrativo. A comissão após muitas considerações resolveu em sua maioria
338 observar o edital que não previa recurso, lavrou uma ata considerando o processo
339 encerrado e tendo o CIAP como vencedor da licitação. O resultado foi encaminhado
340 juntamente com toda a documentação a Secretaria de Gestão Pública e como parte da Lei
341 que estabelece o contrato de projetos, qualquer Termo de Parceria antes de ser firmado
342 precisa da aprovação do Conselho, portanto o papel da comissão é hoje nessa reunião
343 solicitar essa aprovação. Coloca-se a disposição para outros esclarecimentos. **Marcos**
344 **Rogério Ratto** relata que quanto aos aspectos técnicos tudo foi analisado com a maior
345 lisura possível, corretamente, entretanto não pode aceitar que um edital fique abaixo das
346 leis maiores, como o Decreto 3100, a Lei 8666, de 1993, a Lei que fala das OSCIPS, a Lei
347 9790; cita que a empresa de Rolândia não atingiu a pontuação necessária já no começo do
348 processo, mas entre a primeira e a segunda colocada a diferença na pontuação foi muito
349 pequena, tanto que a segunda colocada questionou sua pontuação através de recurso
350 administrativo; a comissão através de suas participantes Cláudia Hildebrando e Marilda
351 Kohatsu optaram por não acatar o recurso por entenderem que no edital não havia essa
352 previsão; esclarece que ele Marcos Ratto não acatou essa decisão, por isso não houve
353 consenso na decisão da comissão. Informa por último que recebeu no final da tarde,
354 enquanto membro do Conselho, informativo de que a IGEAP entrou com Mandato de
355 Segurança. Imediatamente procurou o Promotor Público Dr. Paulo Tavares, que disse que
356 se há dúvidas e há o Mandato de Segurança, nada melhor que os conselheiros aguardem a
357 posição do Poder Judiciário. Antecipa-se dizendo que enquanto conselheiro não tem

358 condições e aprovar o Termo de Parceria, e usando a palavra de Dr. Paulo Tavares pede
359 aos demais conselheiros que aguardem a posição do Poder Judiciário. **Cícero Cipriano**
360 pergunta se a comissão julgadora recebeu esse documento entregue pelo conselheiro
361 Marcos Ratto. **Cláudia Hildebrando** responde que enquanto integrante da comissão não
362 recebeu o documento ora apresentado, mas não pode dizer que não foi protocolado na
363 Prefeitura. **Cícero** questiona de quem é a assinatura de recebimento do documento.
364 Cláudia diz não ter conhecimento, reafirmando que nem ela nem a Dra. Marilda receberam
365 o comunicado. **Marlene** informa que nada mais agora é a nível de comissão e sim da
366 Secretaria de Gestão; diz que na sua compreensão a comissão tinha em mãos um Edital,
367 as empresas que concorreram conheciam o Edital, existia uma cláusula dizendo que não
368 caberia recurso na avaliação técnica, a empresa mesmo assim concorreu, sendo que
369 poderia ter questionado o Edital antes da apresentação de sua proposta, os integrantes da
370 comissão Cláudia Hildebrando e Marcos Ratto relataram que fizeram a avaliação sem o
371 conhecimento das empresas, em uma análise e pontuação inteiramente técnica, portanto a
372 pontuação atribuída foi a considerada correta pela comissão; a empresa entrou com
373 recurso e na medida que a comissão aceitasse o recurso invalidava todo o processo, pois
374 estaria desrespeitando o Edital. Após essa tramitação foi concluído pela pertinência do
375 processo, tendo o conselheiro Marcos Ratto discordado somente da não aceitação de
376 recurso. Em fechado esse processo a empresa pode recorrer a Justiça, e o processo pode
377 demorar de acordo com a sua tramitação, portanto a sua sugestão é de que o Conselho
378 vote pelo parecer favorável da comissão e que a tramitação na Justiça seja aguardada.
379 **Elizabeth Bueno Cândido** pede esclarecimento na diferença da pontuação entre o
380 primeiro e segundo colocado. **Marcos Ratto** informa que o CIAP obteve 450 pontos e o
381 IGEAP 435. **Elizabeth** pergunta ao conselheiro Marcos Ratto enquanto representante do
382 Conselho na Comissão se os itens em que a segunda colocada obteve menor pontuação
383 eram relevantes ou não, e se hoje não for aprovado o parecer se irá atrapalhar no
384 atendimento ao usuário. **Marcos Ratto** responde que entende que a não aprovação do
385 parecer não atrapalha o usuário, pois o Conselho já aprovou a prorrogação do convenio
386 com a Santa Casa que poderá inclusive ser prorrogado por mais três meses e que na
387 análise do recurso foi discutido item por item e que cabe aos outros membros também
388 responderem a esse questionamento. **Jeremias Brizola** pergunta se existe um parecer
389 jurídico para sustentar o parecer da comissão e diz que gostaria de condicionar a sua
390 aprovação a um parecer jurídico da Autarquia ou da Prefeitura. **Cláudia Hildebrando** faz a
391 leitura da cláusula do edital referente a questão de recursos: “*Os proponentes que tiverem*
392 *suas propostas desclassificadas na forma deste edital poderão interpor recurso no prazo*
393 *de cinco dia, contados da data de que tiverem ciência da decisão recomendada*”; portanto
394 de acordo com o Edital somente pela empresa SOAME caberia recurso; diz ainda que o
395 conselheiro Marcos Ratto procurou o jurídico do Sindicato e que ela Cláudia e a Dra.
396 Marilda buscaram respaldo junto ao jurídico da Prefeitura, mas o entendimento é de que
397 como o Edital é bastante claro, a quem cabe recurso, não há necessidade de parecer; cita
398 também a questão de que as empresas conheciam o teor do Edital quando encaminharam
399 suas propostas, portanto concordaram com o mesmo. **Marcos Rogério Ratto** pergunta a
400 presidente do Conselho se no Regimento do Conselho Municipal de Saúde há previsão de
401 pedido de vistas do processo, pois já tem um conselheiro que fará o pedido encerrando a
402 discussão que deverá retornar em outra reunião. **Marlene Zucoli** diz que o jurídico já
403 encaminhou parecer favorável sobre a minuta que foi feita com base na avaliação de todo
404 processo realizado. **Joel Tadeu** diz que ficou claro para os conselheiros a tramitação
405 realizada pela comissão, e que o fato da pontuação ser feita sem o conhecimento das
406 empresas é muito importante; que o documento entregue pelo conselheiro Marcos não tem
407 protocolo de recebimento da Justiça, mais que isso não é o mais importante; solicita aos
408 conselheiros independente de segmento que votem favoravelmente ao Termo de Parceria e

409 aos encaminhamentos dado até o presente momento, e se for necessário dependendo da
410 determinação da justiça, o Conselho poderá aprovar prorrogação de convenio com a Santa
411 Casa. **Marlene** respondendo a alguns questionamentos lê encaminhamento da Secretaria
412 de Gestão: “Segue anexo para conhecimento do Termo de Parceria, que está subscrito
413 pelas partes, contendo as cláusulas essenciais aprovadas pela Procuradoria Geral do
414 Município”; esclarece que quando a Procuradoria aprova é porque já analisou o documento
415 integralmente. **Beth Claidh** diz que sua dúvida já foi esclarecida. **Rosalina Batista** diz que
416 já foi contemplada em grande parte, mas enquanto usuária que necessita de assistência de
417 qualidade, entende que necessita defender a aprovação do Termo de Parceria para que o
418 serviço não sofra interrupção e que haja uma tranqüilidade para os trabalhadores em
419 atender a comunidade. Parabeniza o trabalho da comissão. Diz ao conselheiro Marcos
420 Ratto que já de início, quando indicado a fazer parte dessa comissão, fez algumas
421 avaliações que não deveria, pois como conselheiro não se pode fazer um pré julgamento,
422 tanto que ela achou pertinente indicar outro conselheiro também para fazer parte da
423 comissão, o representante do segmento de usuário Paulo Roberto Vicente. **Neusa Maria**
424 **dos Santos** diz que o documento entregue aos conselheiros por Marcos Ratto é mais um
425 ofício, pois não tem um protocolo de recebimento no Fórum, especificação de qual a Vara
426 que recebeu o documento. **Angélica de Souza** pergunta se o Edital foi elaborado com
427 Assessoria Jurídica. **Cláudia** informa que todo edital passa por análise jurídica, mesmo que
428 seja para a compra de uma caneta. Angélica diz que quanto ao documento do IGEAP
429 deveria vier acompanhado do protocolo do Fórum, e não tem indicação de que o Cartório
430 Distribuidor seja da área cível ou outra área para que Vara foi encaminhado o processo,
431 pede portanto aos conselheiros presentes que votem na proposta da Secretária e
432 conselheira Marlene, pois quem está nas Unidades está sentindo toda a dificuldade com
433 alguns profissionais, pois os mesmos tendo recebido propostas de outros municípios as
434 aceitaram, estando portanto as equipes reduzidas, e a população necessita de assistência.
435 **Ana Paula** diz que a situação a ser analisada é muito complexa, pois o distribuído é uma
436 cópia de ofício com expectativa de ação judicial e não a ação propriamente dita; enquanto
437 Santa Casa se preocupam diante da expectativa de mais 600 rescisões de contratos e
438 possíveis 600 re contratações, portanto não dá para se basear nesse documento para
439 tomar uma conduta em relação a rejeição do processo licitatório; meditante as informações
440 repassadas pela comissão de todo o processo haver sido realizado com máxima lisura,
441 desde a publicação do edital após análise jurídica, comissão de licitação legítima, a
442 pontuando de forma isenta os projetos, deve-se aprovar os encaminhamentos da comissão,
443 mas já se pensar em uma estratégia para o caso de uma ação que coloque em risco essa
444 contratação e ensejar em nova rescisão e conseqüente contratação, levando a dificuldade
445 de acesso ao serviço. **Marlene** esclarece a conselheira Ana Paula que este não é o
446 momento final do processo, essa conclusão deverá ocorrer em aproximadamente 15 dias;
447 quanto a pertinência de qualquer mandado de segurança ou ação em relação ao período
448 em que se dará o desligamento do pessoal da Santa Casa, será respeitado diante do
449 quadro geral que se formar. Que está garantida a cautela administrativa quanto a Santa
450 Casa, para que a mesma não passe nenhum desgaste no sentido de demitir e readmitir os
451 funcionários, caso haja de fato o encaminhamento do mandado de segurança. **Marcos**
452 **Rogério Ratto** diz que conhece todos os conselheiros, mas não quer entrar nesse mérito, e
453 que o parecer pode ser aprovado, que ele não é contra nada, e que a população não será
454 prejudicada se aprovado ou não e que não entendeu se o aditivo com a Santa Casa
455 encerra dia 30 de abril como será na seqüência, será prorrogado por mais trinta. **Marlene**
456 **Zucoli** esclarece o aprovado foi de 90 dias prorrogáveis por mais 90 se necessário,
457 portanto hoje o que o conselho deve aprovar é a análise técnica feita pela comissão, **Fahd**
458 **Hahhad** agradece a consideração a Santa Casa, uma instituição de 73 anos, que
459 colaborou, colabora e pretende continuar colaborando com o município; que em reunião do

460 Conselho foi colocado a motivação da licitação por orientação do Tribunal de Contas, o
461 Conselho acatou, foi feita a abertura da licitação, houve um atraso, na seqüência houve a
462 solicitação de renovação do convenio em caráter emergencial sendo um trabalho
463 exaustivo, portanto pede que haja uma segurança ao usuário do serviço, não se divulgando
464 nesse momento se haverá rescisão imediata, pois isso geraria uma grande intranqüilidade
465 com as equipes dificultando qualquer encaminhamento, tanto de atendimento a população
466 quanto para a Santa Casa que necessita definir todos os tramites legais para o
467 encerramento do convenio. Adianta que irá se abster da votação por entender que a Santa
468 Casa é parte envolvida no processo, reforçando que a Santa Casa enquanto instituição
469 está para colaborar com o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde, uma vez que já
470 prestava assistência a população muito antes da existência do SUS. **Marlene coloca em**
471 **votação o Parecer da Comissão de Avaliação do Concurso de Projetos para o**
472 **Desenvolvimento das Ações do PSF sendo o mesmo aprovado com 15 votos**
473 **favoráveis e 04 abstenções dos conselheiros Fahd Haddad, Marcos Rogério Ratto,**
474 **Jeremias B. Brizola e Isaltina Pires Cardoso. Joel Tadeu** declara seu voto dizendo que o
475 mesmo passa pelo seu passado, pela sua dignidade, que sabe o que está fazendo e nunca
476 se envergonhou do que fez e que quando no mês anterior a conselheira Rosalina queria
477 colocar esse assunto em pauta, ele solicitou que aguardasse e fosse atrás de averiguar os
478 fatos, por isso não aceitou que ela acompanhasse sua fala, pois a conselheira tinha que
479 colocar as suas averiguações até para dar tranqüilidade a aprovação do que está sendo
480 feito, e que seja a Santa Casa, o CIAP ou entra entidade o que se quer é a prestação do
481 serviço. **Jeremias B. Brizola** faz declaração de voto dizendo que sua abstenção está
482 fundamentada na declaração da Secretária, na garantia do atendimento e de que não
483 haverá comprometimento na atenção a saúde, e também por desconhecer o teor do
484 recurso apresentado, causando insegurança para a sua votação. **Marcos Ratto** fala que
485 apesar da abstenção em momento nenhum foi contra a nenhuma OSCIPS, tudo foi
486 analisado tecnicamente e deixou isso claro no início de sua fala. Alega ter ficado indignado
487 por não poder ter acatado o recurso, que nessa reunião nem lido foi e o parecer jurídico
488 não foi lido por ele. **Isaltina Pires Cardoso** declara que sua abstenção se deu pelo fato de
489 todos já conhecerem sua posição quanto a terceirização e que a Ana Paula foi muito feliz
490 em sua fala, pois a instabilidade pela qual passa o servidor é muito desgastante. A seguir
491 passa-se **ao item 6 da pauta, Núcleo de Apoio ao Saúde da Família: Marlene** relata que
492 foi publicado pelo Ministério da Saúde Portaria sobre os Núcleos de Apoio ao Saúde da
493 Família, que prevê a montagem de equipes de apoio ao saúde da família; que podem ser
494 enviados projetos ao Ministério da Saúde e pela análise técnica da portaria e a capacidade
495 do serviço, poderá ser enviado projeto para 10 equipes de apoio, ou seja, para cada cinco
496 Unidades de Saúde um núcleo, sendo que cada uma contará com fisioterapeuta,
497 psicólogo, nutricionista, farmacêutico e educador físico, para tanto é necessária a
498 aprovação do Conselho: informa ainda aos conselheiros que o recurso destinado ao NASF
499 é finito e serão contemplados os projetos que chegaram primeiro. Enfatiza que o que está
500 sendo submetido ao Conselho não é forma de contrato, mais tão somente o projeto, que já
501 foi aprovado pela Bipartite Regional e deverá ser enviado a Bipartite Estadual. **Quitéria**
502 pergunta quais os profissionais que farão parte do Núcleo. Marlene responde que são
503 fisioterapeutas, nutricionistas, farmacêuticos, psicólogos e educador físico. **Alberto Duran**
504 pergunta se haverá contrapartida do município ou os recursos utilizados serão somente os
505 repassados pelo Ministério da Saúde. **Marlene** esclarece que a contrapartida do município
506 é o recurso de 26% do tesouro municipal aplicados na saúde, que não há uma
507 contrapartida específica. Informa que a princípio os recursos destinados pelo Ministério
508 devem ser suficientes e que giram em torno de R\$20.000,00 (vinte mil reais), para cada
509 cinco profissionais, compreendendo salários e encargos. Não havendo mais
510 questionamentos **Marlene Zucoli coloca em votação o envio de Projeto para a**

511 **Implantação de 10 Núcleos de Apoio ao Saúde da Família, sendo aprovado por todos**
512 **os presentes. Jeremias** diz que existe um Projeto chamado Olhar Brasil, e que gostaria de
513 saber se está sendo estudado pela Secretaria, pois é mais uma oportunidade de captação
514 de recurso com a finalidade de dar mais um salto na Atenção Básica em Londrina. **Marlene**
515 diz que fará a verificação do projeto citado. A seguir Marlene sugere que seja retirado de
516 pauta o Regulamento da Comissão Municipal de Saúde Mental e que os conselheiros
517 tragam para a próxima reunião, sugestões para o mesmo. Essa sugestão é aceita por
518 todos. A seguir passa-se ao **item 8 da pauta, Indicação de conselheiro (a) para compor**
519 **a Comissão Municipal de Acompanhamento e Elaboração de Dados Primários do**
520 **Programa Prefeito Amigo da Criança e outras comissões: Sônia Anselmo** esclarece
521 que quem acompanha representa o Conselho na Comissão Municipal de Acompanhamento
522 e Elaboração de Dados Primários do Programa Prefeito Amigo da Criança é o conselheiro
523 Paulo Roberto Vicente, em ele não estando presente para confirmar a sua participação,
524 solicita indicação de conselheiro (a) para participar da Comissão. Solicita também de
525 indicação de conselheiro (a) para compor a Comissão de Avaliação Externa do Curso de
526 Medicina; a Universidade Estadual de Londrina solicita a indicação de dois representantes
527 do segmento de usuários para participarem da Oficina de Elaboração do Projeto Integrado
528 dos Cursos de Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia do Programa Nacional de
529 Reorientação e Formação do Profissional de Saúde – Pró Saúde, para participar de oficina
530 dia 26 de fevereiro às 14h00, no HU. Informa ainda que a conselheira Elizabeth Bueno
531 Cândido é representante do Conselho no PREPS e a ex conselheira Angélica de Souza
532 suplente, necessitando a indicação ser refeita. Para as Comissões de Endemias, SAMU e
533 Policlínica também deverão ser indicados novos representantes. Para após várias
534 considerações ficam indicados para a Comissão Municipal de Acompanhamento e
535 Elaboração de Dados Primários do Programa Prefeito Amigo da Criança, o conselheiro
536 Cícero Cipriano Pinto se após consulta ao conselheiro Paulo Roberto Vicente o mesmo não
537 quiser mais fazer parte da comissão; para a Comissão de Avaliação externa do Curso de
538 Medicina, o conselheiro Marcos Rogério Ratto e a conselheira Rosalina Batista; para a
539 Comissão do PREPS como titular Alberto Duram Gonzalez e suplente Maria Ângela Magro;
540 para o Pró Saúde, a conselheira Elizabeth Bueno Cândido e Cícero Cipriano Pinto;
541 Comissão de Avaliação do termo de Parceria Endemias/CIAP, a conselheira Beth Claidth
542 do Nascimento; Comissão de Avaliação do Termo de Parceria do SAMU/CIAP, permanece
543 o conselheiro Terêncio de Lima; Comissão de Avaliação do Termo de Parceria
544 Policlínica/CIAP, a conselheira Ogle Beatriz Bach de Souza. Na oportunidade informa ao
545 segmento de trabalhadores que faltam diversas indicações para as comissões do
546 Conselho, portanto continua aguardando. Informa também que foi encaminhado o pedido
547 de transporte para que os delegados da 8ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná
548 participem da Plenária Eleitoral dia 23 de fevereiro, o processo de licitação para a locação
549 de dois ônibus pois já se tem confirmação de 53 participantes, solicita portanto que os
550 conselheiros falem com os representantes de seu segmento para entrarem em contato com o
551 Conselho para que as informações sobre a viagem sejam repassadas; a saída dos ônibus
552 será dia 22 a noite, haverá evento no dia 23 por todo o dia e o retorno assim que terminar a
553 Plenária. Quanto ao adiantamento para café da manhã e jantar está viabilizado, mais a
554 informação do CES/PR é de que haverá a partir das 07h00 no Colégio Estadual do Paraná,
555 café para todos e ticket alimentação serão distribuídos para o almoço e jantar. Por último
556 informa que a partir de amanhã volta a funcionar a Central de Telefones da Autarquia. **Joel**
557 **Tadeu** diz que para o processo eleitoral do Conselho Estadual do Paraná das 18 entidades
558 do segmento de usuários que deveriam estar inscritas para o processo, só 17 se
559 inscreveram, restando portanto uma vaga, portanto a Famopar estará reivindicando essa
560 vaga, com o apoio de todos. **Sônia Anselmo** diz que dependendo da forma em que forem
561 distribuídas as vagas nos sub segmentos poderão haver até cinco vagas para repescagem.

562 A seguir passa-se **ao item 7 da pauta: Apresentação da Regulação do Atendimento de**
563 **Fisioterapia do município.** Dra. Joelma Borian cumprimenta a todos e diz que em 2007
564 teve início um processo de estudo para uma proposta de Reorganização de Atendimento
565 da Fisioterapia no município. Cita que no ano de 2007 foi criada uma Comissão
566 Interinstitucional com representantes da Universidade Estadual de Londrina, com Técnicos
567 da Autarquia Municipal de Saúde, Técnicos da Diretoria de Auditoria, Controle e Avaliação -
568 DACA, Técnicos da Diretoria de Ações em Saúde – DAS e Fisioterapeutas dos Serviços
569 Próprios com a missão de visitar os serviços de fisioterapia para conhecimento, a
570 capacidade de atendimento e apresentar uma proposta de protocolo para organizar o
571 acesso ao serviço de fisioterapia. Havia a constatação na época de uma sobrecarga de
572 pacientes crônicos no serviço de fisioterapia, exemplificando cita os casos de artrose de
573 longa data e que permanecerão ao longo da vida do paciente, sendo que esses pacientes
574 se deslocavam mais de uma vez na semana para atendimento, sem resultados positivos
575 por tratar-se de doença crônica. Dra. Joelma explica que a espera em média era de 10
576 meses para início do tratamento, uma vez que o acesso era através da consulta de
577 especialidade, de ortopedia, neurologia ou reumatologia e por muitas vezes o paciente
578 estava nessa fila não porque necessitasse da consulta, mais para o encaminhamento a
579 fisioterapia, sendo que isso gerava uma baixa rotatividade de pessoas no serviço de
580 fisioterapia, pois os casos crônicos dificultavam o acesso dos casos agudos, (pós
581 operatório, acidentados e outros), outra dificuldade apresentada eram os casos de
582 pacientes atendidos nos serviços de urgência e pós internação hospitalar, pois como o
583 serviço estava vinculado a consulta de especialidade, seria no Pronto Socorro um
584 agudização de um problema lombar, ou um problema de ombro, o mesmo não tinha uma
585 consulta de especialidade no sistema, mas somente o atendimento de urgência, essa
586 mesma dificuldade se apresentava para os pacientes internados. Para tanto a comissão
587 elaborou um protocolo de regulação do acesso sendo o mesmo definido por patologias e
588 disfunções prioritárias e classificado nas especialidades de ortopedia, traumatologia,
589 reumatologia, neurologia, vascular e respiratória. Essa regulação foi implantada no mês de
590 novembro de 2007, iniciando-se um processo de avaliação individualizada, caso a caso,
591 realizada por um profissional fisioterapeuta. Dra. Joelma explica que anteriormente quando
592 o paciente tinha em mãos uma solicitação de fisioterapia, ele chegava ao guichê de
593 agendamento de exames SUS, com atendimento feito por um administrativo que agendava
594 de acordo com as vagas existentes naquele mês, caso não houvessem mais vagas naquele
595 mês a orientação era que retornasse no próximo mês, sendo que o administrativo não tinha
596 como regular o acesso e portanto se houvesse algum caso agudo, retornaria também no
597 próximo mês. Atualmente todas as solicitações de fisioterapia são acolhidos no momento
598 que o usuário entrega o seu pedido na UBS, no fluxo atual o porta de entrada se dá através
599 das Unidades Básicas de Saúde, dos ambulatórios de especialidades, dos serviços de
600 urgência e alta hospitalar e o usuário pode ser avaliado tanto pelo médico, como pelo
601 fisioterapeuta da Unidade de Saúde; se o paciente for atendido no serviço de urgência, ou
602 sofrer um acidente e for internado e após a alta for solicitada fisioterapia ele é absorvido. A
603 Regulação do acesso se dá caso a caso, pois o fisioterapeuta regulador avalia cada caso e
604 classifica de acordo com o protocolo, que são as prioridades. Esclarece também que os
605 serviços executantes são autorizados a solicitar a continuidade do tratamento, sem
606 necessidade de nova consulta de especialidade, e o fisioterapeuta regulador tem condição
607 de saber da real necessidade da continuidade do tratamento, sendo que isso ajuda a
608 trabalhar a qualidade do serviço ofertado. O fluxo de encaminhamento se dá da seguinte
609 forma: o usuário oriundo do pronto socorro, da alta hospitalar, da Unidade Básica e dos
610 ambulatórios de especialidades que solicitam o tratamento, se dirigem a Unidade Básica de
611 Saúde, onde o fisioterapeuta verifica a possibilidade de absorção na Unidade Básica em
612 não havendo essa possibilidade o paciente é encaminhado ao serviço e regulação, por sua

613 vez a regulação avalia caso a caso e encaminha ao serviço adequado. Dra. Joelma indica
614 os serviços próprios nas Unidades Básicas de Saúde, no Pronto Atendimento Infantil e na
615 Policlínica; os serviços credenciados no CISMEPAR, Clínica de Fisiatria, IMEF, Clínica Pio
616 XII, Ortoclínica, Unopar e HU e se tem uma média mensal de solicitações de avaliação de
617 fisioterapia para tratamento inicial 636, para continuidade do tratamento 394 e tempo
618 médio para tratamento inicial é de 30 dias e para continuidade do tratamento 16 dias. **Silvia**
619 **Karla**, técnica da Diretoria de Auditoria, Controle e Avaliação, ressalta que nessa proposta
620 há uma vantagem no acesso ao serviço de fisioterapia pelo usuário, que essa proposta
621 ainda está em fase de implantação e como toda nova proposta ainda tem algumas arestas
622 para serem corrigidas e que durante o processo de avaliação caso a caso, desde o início
623 até agora, os pacientes com alta hospitalar e de pronto socorro, ou sejam os casos agudos,
624 ainda tem uma baixa demanda, em contrapartida a orientação ao paciente crônico está
625 sendo muito importante. A seguir abre-se a palavra aos conselheiros para esclarecimento
626 de dúvidas. **Cícero Cipriano** se diz constrangido com essa teoria, pois na prática não é o
627 que ocorre, que quando se diz que o paciente inicial aguarda aproximadamente 30 dias
628 para o seu tratamento e 16 dias para a continuidade do tratamento, não é a realidade, se
629 diz profundo conhecedor do fluxo, e que quando o paciente em tratamento necessita de
630 continuidade é encaminhado novamente a Unidade de Saúde, por sua vez a fisioterapeuta
631 comparece somente uma vez na semana na Unidade de Saúde, e após a avaliação espera-
632 se o malote; diz que sua experiência no aguardo de fisioterapia foi de 75 dias. Reconhece
633 que houveram avanços mais que ainda será necessário vários ajustes; que quando se fala
634 em absorção do paciente ainda é muito precário, pois a fisioterapeuta da Unidade são vai
635 uma vez na semana e o auditor duas vezes na semana o que não é suficiente. Ressalta
636 que o processo de regulação passou por um período de avaliação mais que não houve
637 nenhum aprimoramento, que não atem o acompanhamento do controle social. Diz ainda
638 que quando a Secretária Marlene refere que o processo regulador é para quer todos
639 tenham atendimento, não é o que está se verificando na prática. **Dra. Joelma** responde que
640 com relação ao fluxo é importante que o processo da regulação foi implantado em
641 novembro e que todo processo novo de trabalho é delicado, que o volume de atendimento
642 nos serviços de saúde é muito grande, independente da especialidade; que conforme
643 surgem as dificuldades elas vão sendo corrigidas. Sobre o malote já está sendo discutida
644 uma nova forma de acesso aos encaminhamentos que não sejam via malote, e sim via
645 WEB. Com relação aos pacientes crônicos diz que está sendo construída uma proposta de
646 atendimento nas UBS, através de grupos, de outros serviços na própria comunidade,
647 através da implantação dos Núcleos de Apoio ao Saúde da Família que contará com
648 fisioterapeuta que será apoiador do fisioterapeuta do Programa Saúde da Família, os
649 NASFs contarão ainda com educador físico para trabalharem com esses pacientes
650 crônicos. Enfatiza que os dois meses de implantação da regulação não foram suficientes
651 para acertarem todos os problemas e que as providências e medidas necessárias ao
652 aperfeiçoamento da regulação já estão sendo tomadas, e que a continuidade do tratamento
653 hoje não passa mais pela Unidade Básica, pois a unidade executora encaminha a
654 solicitação diretamente para a DACA. Ana Maria, ADVT-APLER, pergunta quando o
655 paciente vítima de AVC, com alta hospitalar e não tem encaminhamento não só para a
656 fisioterapia mais também para outros serviços, como deve proceder. Dra. Joelma diz que
657 está fisioterapia é a fisioterapia com reabilitação global e que tudo é feito de acordo com o
658 encaminhamento médico, e se no caso o fisioterapeuta entender que será necessário
659 acompanhamento de alta complexidade, deverá enviar o encaminhamento para a
660 regulação que fará a avaliação. **Rosalina Batista** sugere que sejam feitos blocos de
661 perguntas para a Dra. Joelma o que deverá agilizar os trabalhos. **Dulcelina Silveira**
662 pergunta se dentro desse processo pensou-se em referência e contra referência da
663 fisioterapia visando a saúde do trabalhador, até para que se tenha dados sobre os danos

664 causados e se são provenientes de pressão do empregador. **Rita de Cássia**, pergunta
665 porque as clínicas tem que retirar as guias na DACA, se as mesma não podem ser
666 enviadas; cita Resolução do Ministério da Saúde que preconiza que quanto maior o número
667 de sessão de fisioterapia, mais rápida será a recuperação, se isso se aplica na prática.
668 **Maria Ângela**, diz que gostaria de saber quantas Unidades hoje contam com fisioterapeuta,
669 pois na Unidade a qual pertence a dificuldade é grande e quando se ela foi para a fila do
670 ortopedista demorou um ano o que lhe causou um problema crônico, portando espera que
671 esse processo de mudança seja realmente para melhor. **Bett Claidh** pergunta sobre a
672 fisioterapia para os idosos, pois entende que a orientação tem que ser constante e a
673 avaliação também. Cláudio Luiz dos Santos pergunta o número de clínicas que oferecem
674 esses serviços, ao que é esclarecido que já foi informado durante a apresentação da Dra.
675 Joelma. **Ogle Beatriz** que a apresentação da regulação aqui feita não surtirá efeito de um
676 dia para o outro, tem que se pensar que existe um limite de recursos financeiros, de
677 recursos humanos, e uma demanda muito maior do que isso e que quando se fala em
678 regulação é a mesma coisa que dizer que é preciso respeitar a equidade no SUS que é
679 tratar diferente os diferentes. Alerta aos conselheiros que essas questões quando avaliadas
680 de forma individual dá revolta, causa insatisfação mas quando vista no todo essa é uma
681 proposta de justiça para o sistema, pede portanto apoio a esse processo de implantação.
682 Dra. Joelma diz que com relação a saúde do trabalhador está anotado pelo grupo como
683 sugestão do que necessita ser aperfeiçoado. Que quanto a retirada das guias pelas
684 clínicas, considera respondido, quando falou do processo de informatização, quanto a
685 recuperação de cada paciente é individual e por patologia; quanto aos profissionais de
686 fisioterapia houve um problema pontual, por determinado período, quando da finalização do
687 convenio do PSF, mas que já está regularizado. Quanto ao aprimoramento da fisioterapia
688 nas Unidades Básicas, o NASF será implantado para fortalecer e trabalhar junto com as
689 equipes de saúde da família. Por último diz que o processo de regulação além de aprimorar
690 a gestão e a qualificação do acesso ao usuário, ou seja que o usuário chegue ao lugar
691 certo e no momento oportuno. **Cícero Cipriano**, coloca que enquanto usuário solicitará o
692 acompanhamento do Ministério Público a esse processo de regulação, ao que Marlene
693 esclarece que já está sendo acompanhado. **Marlene Zucoli** diz que está sendo lembrado
694 pelo conselheiro Natal o falecimento do Dr. Wilson Moreira. Marlene faz uma breve
695 retrospectiva da gestão do Dr. Wilson como prefeito, dizendo que durante esse período foi
696 elaborado o primeiro projeto de municipalização da saúde, do qual ela fazia parte com
697 Débora Zahur, Selma, Dra. Neuza Casa Grande e o André, já falecido; época em que foram
698 expandidos os postos de saúde, com investimento do governo federal, e no período de um
699 ano foram inaugurados 20 postos de saúde, e se hoje tem o SUS em Londrina deve-se
700 muito a ele, que de fato sua gestão foi um marco para a saúde. A seguir passa-se ao **item**
701 **8 da pauta, Desagravo: Marlene** solicita que um conselheiro faça o relato do
702 acontecimento para que o Conselho possa tomar ciência. **Maria Osvaldina** relata que
703 vários conselheiros estavam em reunião com o Promotor Paulo Tavares, quando foram
704 destratados pelo Sr. Jurandir, que se dizia representante da região leste. Cita que o mesmo
705 mencionou que antigamente as pessoas iam para as Conferências Nacional, realizadas em
706 Brasília, transportadas de ônibus e hoje são deslocadas via aérea para lá fazerem orgia.
707 Diz que se sentiu agredida pois é usuária, deixa seus familiares para contribuir no debate e
708 não para ser agredida depois por esse cidadão; que no momento várias conselheiros se
709 posicionaram. Solicita do Conselho um documento de Desagravo, uma Moção direcionada
710 ao sr. Jurandir, pois todos foram ofendidos pelo referido senhor. **Joel Tadeu** esclarece que
711 o sr. Jurandir somente participou da pré conferência do CONLESTE, não participou da pré
712 de usuários, da Conferência Municipal e também não era delegado da Conferência
713 Estadual. Joel diz também que a reunião convocada era com conselheiros municipais,
714 representantes do segmento de usuários, conselhos regionais e que o Sr. Jurandir não

715 deveria fazer parte desse momento, conclui dizendo que respeitando os conselheiros
716 desrespeitado por eles é necessário que o Conselho tome uma posição, quem sabe um
717 documento de desagravo aos conselheiros ofendidos. **Marlene Zucoli** diz que a questão do
718 desagravo parece ser unânime, e que se hoje existe um texto do SUS na Constituição
719 Federal foi fruto da construção coletiva com a sociedade, portanto o controle tem que ser
720 da sociedade. Marlene diz que foi recebida correspondência assinada pelo Sr. Jurandir
721 Rosa dirigida a coordenadora da Unidade, informando que participou de reunião com a
722 Promotoria e que visitarão os postos de saúde com o objetivo de colher dados, sendo que
723 esta comissão estará representada pelos Srs. Paulo Roberto Cotarelli, Jurandir Rosa,
724 Antonio Chiareli, Manoel Oliveira Silva e outros; esclarece também que o sr. Jurandir assina
725 o documento enquanto presidente do Conselho de Segurança da Região Leste. Sugere que
726 os conselheiros convidados por Dr. Paulo Tavares a participarem dessa reunião o procurem
727 para informar essa distorção. **Maria Osvaldina** diz que o que ficou encaminhado durante a
728 reunião com Dr. Paulo Tavares quem fazia o levantamento junto as Unidades de Saúde
729 seriam os conselheiros municipais, através de seus conselhos locais e regionais. **Rosalina**
730 **Batista** considera que o controle social é bastante cobrado e que o Conselho Municipal é o
731 órgão máximo de controle social e cumpre um papel e algumas ponderações devem ser
732 feitas até para que o controle social seja massa de manobra. Pensa que deveria ser
733 acatada a solicitação do Ministério Público mas que seja um trabalho construtivo e não um
734 ringue de luta, e, que Dr. Paulo Tavares deveria também fala ao Conselho o que de fato
735 pretende que os conselheiros façam, pois durante a reunião não ficou muito claro, que o
736 momento é muito delicado. **Natal de Oliveira**, diz na reunião estavam presente também os
737 conselheiros Reinaldo e Terêncio da região leste e que o sr. Reinaldo citou que não tinha
738 pessoas suficientes para fazer esse trabalho, com isso o sr. Jurandir se ofereceu para estar
739 auxiliando nos trabalhos, portanto o que está acontecendo pode ser um grande mal
740 entendido. **Marlene** diz ter entendido a explicação mais gostaria de saber quem será o
741 responsável direto da região leste, se o Conselho de Segurança ou o Conselho Municipal
742 de Saúde. **Terêncio de Lima** diz que o CONLESTE tem um projeto e para dar
743 encaminhamento ao mesmo já solicitou a Secretaria autorização para visita e levantamento
744 de prioridades em todas as Unidades de Saúde da região; que o Sr. Jurandir Rosa
745 anteriormente participava do CONLESTE, o que não ocorre mais hoje, por terem
746 renunciado a participação. Pergunta para Marlene se na correspondência recebida é
747 afirmado que a Promotoria delegou esses poderes a ele Jurandir Rosa, ao que é
748 respondido que sim. Diz que no seu entendimento deveria ser encaminhado ao Promotor
749 correspondência informando o ocorrido para que o mesmo se manifeste sobre a veracidade
750 da afirmação. **Marlene** diz que enviará ao Promotor Paulo Tavares a correspondência
751 recebida com as observações deliberadas pelo Conselho, que o Conselho é instância maior
752 de deliberação e fiscalização, portanto o órgão competente para realização desse trabalho
753 juntamente com os conselhos regionais. Também encaminhará correspondência às
754 coordenadoras das Unidades informando que deverão receber os conselheiros municipais
755 ou representante formalmente indicado para realizar esse levantamento, encaminhamento
756 aceito por todos. **Marcos Ratto** coloca sua preocupação enquanto representante dos
757 trabalhadores, porque o número de visitantes as Unidades de Saúde com o mesmo
758 objetivo, as coordenadoras e sua equipe de trabalho começarão a ter problemas quanto a
759 qualidade do serviço, portanto entende que tem que ser restrita a participação aos
760 conselheiros municipais e um representante de conselho regional. **Marlene** questiona como
761 deverá ser feito o desagravo pelo Conselho. **Ana Paula** diz que normalmente quando se
762 tem uma denúncia deve ser feito um inquérito por escrito, sugere portanto que os presentes
763 àquela reunião façam um relato formal do ocorrido à Presidência do Conselho, protocola
764 essa correspondência para que futuramente ninguém seja surpreendido com ações de
765 danos morais e outras. **Marlene** esclarece que apesar de tudo estar gravado, essa é uma

766 preocupação pertinente, e pergunta mediante o exposto a quem deverá ser encaminhado o
767 documento de desagravo. **Marlene** solicita que todos ouçam o alerta feito pelo conselheiro
768 Terêncio. **Terêncio de Lima**, sugere que não se façam essa correspondência endereçada
769 ao Conselho, pois a partir do momento em estiver escrito e protocolado e o Conselho
770 encaminhar ao Ministério Público que a seu critério poderá abrir inquérito judicial por tratar-
771 se de crime. Que o seu encaminhamento seria o de perguntar ao Promotor se realmente
772 delegou poderes ao sr, Jurandir Rosa, pois ai o problema passa a ser entre Secretaria e
773 Promotoria. **Marlene** diz que duas situações, uma delas é quanto a correspondência que
774 circula nas Unidades de Saúde e o Conselho já deu encaminhamento, a outra situação é o
775 documento de desagravo a quem deverá ser encaminhado. **Ana Paula** diz que como Dr.
776 Paulo Tavares estava presente na reunião, os conselheiros deveriam procurar saber dele
777 Promotor como o mesmo pensa em agir diante dos fatos acontecidos durante aquela
778 reunião e que reiterando a importância dessa apuração o fato foi relatado no Conselho, e
779 que o Conselho considerou como grave as acusações para com o controle social. **Terêncio**
780 sugere que o Conselho também envie correspondência à Promotoria relatando todo o
781 assunto e o que foi deliberado, tanto na questão das visitas às Unidades quanto da
782 agressão verbal sofrida pelos conselheiros. **Joel Tadeu** diz que a posição do Conselho
783 deveria ser mais veemente mais que concorda com o encaminhamento do conselheiro
784 Terêncio. Após várias outras considerações fica aprovado o encaminhamento de que os
785 conselheiros enviarão correspondência ao Promotor Paulo Tavares solicitando informações
786 de como a Promotoria pensa em agir diante dos fatos acontecidos durante aquela reunião e
787 que reiterando a importância dessa apuração o fato foi relatado no Conselho, tendo o
788 Conselho considerado grave as acusações para com o controle social. Quanto a presença
789 do Conselho de Segurança nas Unidades de Saúde será enviada correspondência pela
790 Secretaria informando que o Conselho Municipal é instância máxima de fiscalização,
791 portanto seus membros são legítimos representantes para formalizar o trabalho solicitado
792 junto as Unidades de Saúde, juntamente com representantes dos conselhos Regionais. Às
793 Coordenadoras das Unidades será enviada correspondência informando do levantamento
794 que deverá ser realizado e que deverão somente ser recebidos os conselheiros municipais
795 ou representante formalmente indicado por eles. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a
796 reunião, a presente ata elaborada e digitada por Sônia Maria Anselmo será lida e assinada
797 pelos conselheiros presentes, abaixo relacionados.
798
799

T	Marlene Zucoli		T	Adilson Castro	Ausente c/justificativa
S	Sônia Regina Néri		S	Sônia Maria de Almeida Petris	Ausente c/justificativa
T	Rubens Martins Júnior		T	Alberto Duran González	
S	José Luiz de Oliveira Camargo		S	Marisa Goettel do Nascimento	Ausente
T	Júlio Cesar Muniz Aranda	Ausente	T	Marcos Rogério Ratto	
S	Isaltina Pires Cardoso		S	Maldissulei Correa	
T	Bett Claidh Nascimento		T	Fahd Haddad	
S	Manoel Nivaldo da Cruz		S	Ana Paula Cantelmo Luz	
T	Mara Rossival Fernandes	Ausente c/justificativa	T	Francisco Eugênio A. Souza	Ausente c/justificativa
S	Artemízia Martins		S	Jeremias Bequer Brizola	
T	Ogle Beatriz Bacchi de Souza		T	Paulo Fernando M. Nicolau	
S			S	Nobuaqui Hasegawa	
T	Terêncio de Lima		T	Maria Ângela Magro	
S	Neusa Maria dos Santos		S	Joel Tadeu Correa	
T	Dulcelina Aparecida Silveira		T	Cláudio Luiz dos Santos	
S	Cícero da Silva		S	Irene de Jesus Macena	
T	Maria Osvaldina Mello de		T	Wanda Dobrucki Kasprovicz	Ausente c/justificativa

	Oliveira				
S	Antonia Aparecida C. Strick		S	Rita de Cássia Rosa	
T	Reinaldo Gonçalves	Ausente c/justificativa	T	Natal de Oliveira	
S			S	Hélio Domingos Ferreira	
T	Ana Maria Figueiredo		T	Paulo Roberto Vicente	Ausente
S	Acácio dos Santos	Ausente c/justificativa	S	Quitéria Nunes Martins	
T	Josefa Ferreira de Oliveira	Ausente	T	Cícero Cipriano Pinto	
S	Elizabeth Bueno Candido		S	Rosalina Batista	

800
801
802